

Produções cinematográficas como recurso para a educação médica: aplicando e contextualizando conceitos em “A garota dinamarquesa”

Cinematographic productions as a resource for medical education: applying and contextualizing concepts in “The danish girl”

Wellington Silveira de Almeida¹

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-3284-473X>

Jaqueline de Santana V. Melo²

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-6986-1481>

Isabela de Santana V. Melo³

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-5981-0211>

Pedro Ribeiro Borges⁴

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-5353-6727>

Bruna Marciano Teixeira⁵

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-7603-1009>

Danilo Borges Paulino⁶

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2373-0156>

Resumo

INTRODUÇÃO: A formação médica de excelência, sob a ótica contemporânea das normativas e diretrizes curriculares do curso de graduação em Medicina, preconiza, além do conhecimento técnico, a promoção de um preparo mais geral, humanista e crítico com o desenvolvimento de habilidades e competências para atuar nos diferentes níveis de atenção à saúde. Nesse sentido, a utilização de metodologias ativas no processo formativo constitui prática pedagógica inovadora e muito pertinente, uma vez que torna o aluno protagonista do processo de aprendizagem, estimulando a iniciativa, a criatividade e a criticidade reflexiva. **OBJETIVO:** O presente relato tem como objetivo compartilhar uma experiência exitosa do uso de uma produção cinematográfica como recurso para a educação médica na discussão e compreensão dos conceitos de “saúde” e de “doença”. **MÉTODOS:** Trata-se de um relato de experiência realizado por meio de análise crítico-reflexiva da obra cinematográfica “A Garota Dinamarquesa” desenvolvida a partir da implementação das metodologias e das experiências oportunizadas pela atividade desenvolvida em componente curricular de uma Universidade do Triângulo Mineiro. **RESULTADOS:** Foram explanadas vivências e reflexões obtidas através da atividade, por meio da aprendizagem ativa e do debate entre pares. **CONCLUSÕES:** Destaca-se o potencial pedagógico e formativo do filme ao promover uma reflexão muito relevante sobre as demandas sociais de adequação de gênero ao sexo biológico promovidas pela área da saúde, fomentando o debate de pautas essenciais na luta pela autonomia, pelo reconhecimento dos direitos civis e pelo acesso a um cuidado em saúde humanizado e digno por parte de indivíduos transgêneros e transexuais.

Palavras-chave: educação médica; filmes cinematográficos; medicalização; transexualidade.

Abstract

Introduction: Excellent medical training, from the contemporary perspective of the regulations and curricular guidelines of the undergraduate Medicine course, advocates, in addition to technical knowledge, the promotion of a more general, humanistic and critical preparation with the development of skills and competencies for act at different levels of health care. In this sense, the use of active methodologies in the training process constitutes an innovative and very relevant pedagogical practice, as it makes the student the protagonist of the learning process, stimulating initiative, creativity and reflective criticality. **OBJECTIVE:** This report aims to share a successful experience of using a film production as a resource for medical education in the discussion and understanding of the concepts of “health” and “illness”. **METHODS:** This is an experience report carried out through critical-reflective analysis of the film “The Danish Girl” developed from the implementation of methodologies and experiences provided by the activity developed in a curricular component of a University in the Triângulo Mineiro region. **RESULTS:** Experiences and reflections obtained through the activity were explained, through active learning and debate between peers. **CONCLUSIONS:** The pedagogical and formative potential of the film stands out as it promotes a very relevant reflection on the social demands of adapting gender to biological sex promoted by the health sector, encouraging the debate on essential issues in the fight for autonomy, for the recognition

¹ Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Minas Gerais, Brasil. E-mail: wellington.almeida@ufu.br

² Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Minas Gerais, Brasil. E-mail : jaqueline.vasques@ufu.br

³ Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Minas Gerais, Brasil. E-mail: isabela.melo@ufu.br

⁴ Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Minas Gerais, Brasil. E-mail: pedroribeiroborges123@outlook.com

⁵ Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Minas Gerais, Brasil. E-mail: bruna.teixeira@ufu.br

⁶ Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Minas Gerais, Brasil. E-mail: dbpaulino@ufu.br



of civil rights and access to humanized and dignified health care for transgender and transsexual individuals.

Keywords: medical education; films. medicalization; transsexualism.

Introdução

A população LGBTQIA+ ainda é, infelizmente, marginalizada e as suas vivências rotuladas como opções perversas, sendo alvos de estigmatização e da invisibilização social, já que os setores mais conservadores associam, equivocadamente, a diversidade de gênero a uma afronta aos bons costumes da sociedade moralmente civilizada, revelando a vigência de uma espécie de ditadura da cis heteronormatividade. Nesse viés, a obra cinematográfica “A Garota Dinamarquesa”¹, dirigida por Thomas George Hooper (2015), retrata a história de Lili Elbe, nascida Einar Wegener, uma das primeiras mulheres transexuais a passar pela cirurgia de redesignação sexual, em seu processo de compreensão e aceitação identitária imerso nos valores sociais do início do século XIX, primordialmente patriarcais e sexistas, os quais refletem conceitos sólidos e limitantes da sexualidade.

Nessa trajetória, é visível, ao longo do filme, o processo de patologização de categorias de gênero consideradas “desviadas”, isto é, que fogem à lógica cisgênero binária heteronormativa. “Desequilíbrio químico”, “estado confuso de masculinidade”, “pensamento aberrante”, “delírio”, “insanidade”, “perversão”, “esquizofrenia”, entre outros tantos transtornos biopsíquicos, foram os diagnósticos recebidos por Lili quando, diante dos sofrimentos suscitados pela discordância entre sua mente e seu corpo, decide procurar os recursos terapêuticos da medicina como possível fonte de alívio. Nesse contexto, a prescrição de intervenções controversas, como o uso de radiação na região genital e da psicocirurgia, reflete paradigmas, preconceitos e estigmas que permeiam o processo de cuidado em hospitais,

“instituições totais” que buscam, por meio de uma estrutura de poder, anular sujeitos e docilizar os corpos (Foucault, 1985). Nesse contexto, são produzidas estratégias de controle e de regulação que não visam somente ao comportamento individual, mas ao corpo social como um todo, sendo a conduta sexual da população tomada, ao mesmo tempo, como objeto de análise e alvo de intervenção².

Logo, em discussões que foram além de questões de gênero, buscou-se, em um semestre letivo do curso de Medicina de uma universidade federal do Triângulo Mineiro, evidenciar o limite tênue entre saúde e doença associado às concepções de normal e patológico, imersos em um processo de medicalização, em especial, da transexualidade, permitindo tecer reflexões críticas e elucidar a evolução histórica de tais paradigmas a partir da utilização da obra cinematográfica como recurso pedagógico para o aprendizado construtivo e colaborativo em grupo.

O objetivo deste relato de experiência é compartilhar uma experiência exitosa de utilização de uma produção cinematográfica, “A Garota Dinamarquesa”, no curso de Medicina, para discutir os determinantes sociais do processo saúde-adoecimento-cuidado por meio das produções culturais.

Materiais e Métodos

Trata-se de um relato de experiência realizado por meio de análise crítico-reflexiva da obra cinematográfica “A Garota Dinamarquesa” desenvolvida a partir da implementação das metodologias e das experiências oportunizadas pela atividade desenvolvida junto a 65 estudantes de medicina do componente curricular Atividades Sensoriais, Reflexivas e Formativas II de uma Universidade do Triângulo Mineiro.



Como forma de correlacionar os conceitos de “saúde” e “doença” e “normal” e patológico” foi proposta, no eixo curricular do curso de Medicina de uma universidade do interior do estado de Minas Gerais, a análise crítica do filme “A Garota Dinamarquesa”. Essa atividade tinha como objetivos: compreender como os valores socioculturais interferem na garantia e na promoção da saúde de determinados grupos sociais; ampliar as ações pedagógicas para além de aulas expositivas, refletindo sobre o impacto e a utilidade das produções culturais na comunicação, aprendizado, debate crítico-reflexivo, teorização e construção coletiva de conhecimentos; refletir sobre como, enquanto futuro médico, o discente pode atuar na promoção de um cuidado holístico centrado no paciente, se desvencilhando de preconceitos, amarras e estereótipos que prejudicam sobremaneira a relação médico-paciente, contribuindo para a construção de um ambiente mais inclusivo no processo de cuidado em saúde.

A atividade foi realizada com discentes do segundo período da graduação e se dividiu nos seguintes momentos:

1. Assistir ao filme e realizar a escrita de breve análise crítico-reflexiva correlacionando a abordagem explorada no longa com os conceitos de saúde e doença;
2. Discussão, em sala de aula, em grupos de 7 a 8 alunos dos textos produzidos e elaboração de questões de aprendizagem, isto é, questionamentos e dúvidas que, após a problematização em pequenos grupos, tenham persistido ou demandem aprofundamento;
3. Resolução das questões de aprendizagem de forma assíncrona a partir da busca ativa em bases de dados;
4. Compartilhamento e discussão das respostas das questões de aprendizagem apoiadas na literatura científica.

No primeiro momento, os alunos, durante a aula, assistiram ao filme e, posteriormente, foram orientados a redigirem uma análise crítico-reflexiva dos conceitos de “saúde” e “doença” estudados no módulo e correlacioná-los com a vivência da protagonista, Lili Elbe, no processo de reconhecimento de sua identidade de gênero, inserido num contexto de estigmatização e de conceitualização da transexualidade como doença psíquica passível de tratamento e intervenções terapêuticas.

Posteriormente, em sala de aula, os alunos se dividiram em grupos de 7 a 8 integrantes e tiveram em torno de 30 minutos para compartilhar as narrativas reflexivas, escolher uma cena marcante do filme e elaborar uma questão de aprendizagem que, extrapolando o contexto da comunidade LGBTQIA+, identificasse aspectos mais gerais abordados no filme, como “saúde mental”, “doença”, “medicalização” e “rede de apoio”. Após esse momento, cada grupo expôs, em uma roda de conversa, uma síntese da discussão.

As questões construídas pelos grupos foram:

- Como a medicina centrada no paciente revolucionou o conceito de doença?
- Como os conceitos de saúde e doença interferem na vida da pessoa e na subjetividade médica?
- Como a medicina influencia na categorização do que é “patológico” e do que é “normal”?
- Como incluir a rede de apoio do paciente no tratamento médico e nas condutas hospitalares?
- Quando surgiu e como funcionam as diretrizes nacionais de atendimento integral à população LGBTQIA+?
- Quais os fatores tornam a população LGBTQIA+ vulnerável ao adoecimento psíquico e como a saúde pública pode se articular para resolver o problema?



- Qual a relação histórica da medicina e das questões de gênero e sexualidade? Como e quando surgiu a primeira cirurgia de redesignação sexual no Brasil e no mundo?

Os alunos tiveram duas semanas para responder a tais questões, fundamentando-se na literatura científica. Em seguida, foi realizada, na plataforma Microsoft Teams®, uma reunião para a discussão de tais questões. A escolha do ambiente virtual como recurso para a reunião foi acordada entre docente e discentes, como forma de garantir maior adesão, bem como permitir uma discussão mais fluida e dinâmica, com contribuição intensa de todos os participantes, respeitando o momento de fala de cada um, a partir da mediação do professor e de recursos da plataforma.

Resultados

Os dramas e percalços vivenciados por Lili em visitas a especialistas em Copenhague refletem a tentativa de diagnosticar e medicalizar a transexualidade e adequá-la aos papéis sociais de gênero pressupostos naquele século, isto é, ao discurso heteronormativo de dominação. Nessa perspectiva, o enquadramento, conforme estudos de Michel Foucault (1978), de diversas categorias de gênero e orientações sexuais como estratificações da loucura, por exemplo, reflete o limite tênue entre saúde e doença e o desvela como constructo histórico e socialmente moldado³. Por conseguinte, impõe-se uma espécie de determinismo biológico, ou seja, cristaliza-se uma construção coletiva na qual são instituídos comportamentos associados com masculinidade e feminilidade socialmente esperados e qualquer desvio em relação aos mesmos deve ser isolado do convívio e tratado.

Tais demandas fazem com que muitos outros indivíduos, assim como Lili, sejam patologizados e interiorizem tais

doenças segundo o sentimento de não adaptação entre corpo sexuado e gênero, sujeitando-se a intervenções terapêuticas controversas (Toledo & Dornelas, 2017)⁴. Em uma das primeiras de muitas cenas ambientadas em consultórios médicos retratadas no filme, por exemplo, a personagem, debilitada ao fim do tratamento por radiologia, diz a seu médico: “Você machucou Lili.” Segundo Judith Butler (2009)⁵:

Receber o diagnóstico de transtorno de identidade de gênero - TIG - é ser, de certa maneira, considerado doente, errado, disfuncional, anormal e sofrer uma certa estigmatização em consequência desse diagnóstico. Assim, alguns psiquiatras ativistas e pessoas trans têm argumentado que o diagnóstico deveria ser totalmente eliminado, que a transexualidade não é um transtorno psiquiátrico - não devendo ser entendida como tal - e que as pessoas trans estão engajadas em uma prática de autodeterminação, um exercício de autonomia. [...] a firme oposição ao diagnóstico se dá porque ele continua a patologizar como doença mental o que deveria ser, ao contrário, entendido como uma possibilidade entre outras de determinar o próprio gênero. (p. 96-97)

Nesse contexto, Georges Canguilhem (2009), em “O normal e o patológico”, pondera que a chave de distinção entre o estatuto das estruturas de definição e de partilha entre os dois fenômenos que intitula sua obra encontra-se na definição da normalidade como relação de flexibilidade entre organismo e meio ambiente⁶. Consoante o filósofo:

É por referência à polaridade dinâmica da vida que se podem chamar de normais determinados tipos ou funções. Se existem normas biológicas, é porque a vida, sendo não apenas submissão ao meio, mas também instituição de seu próprio meio, estabelece, por isso mesmo, valores, não apenas no meio, mas também no próprio organismo. É o



que chamamos de normatividade biológica. (p. 76)

Na visão canguilheana, normal e patológico são dois extremos em um espectro contínuo, mas não homogêneo. Nessa perspectiva, a normalidade seria a capacidade de enfrentamento de uma situação diferente e, assim, de responder adequadamente a ela de forma que haja uma espécie de adaptação a essa nova situação. Ao contrário disso, o estado patológico presumiria a ausência dessa resposta adaptativa, que impede a criação de uma nova norma, adequada à situação em questão. Por conseguinte, é notório que o patológico é designado a partir do normal, isto é, a doença nada mais é do que um subvalor derivado do normal. Nesse contexto, o reducionismo dos fenômenos a critérios quantitativos advém da necessidade de uma visão organicista se afirmar em oposição ao vitalismo, bem como um desejo terapêutico de intervenção sobre o patológico⁶.

Não existe fato que seja normal ou patológico em si. A anomalia e a mutação não são, em si mesmas, patológicas. Elas exprimem outras normas de vida possíveis. Se essas normas forem inferiores às normas anteriores, serão chamadas patológicas. Se, eventualmente, se revelarem equivalentes – no mesmo meio – ou superiores – em outro meio – serão chamadas normais. Sua normalidade advirá de sua normatividade.” (Canguilhem, 2002, p. 113)

Discussão

As colocações supracitadas nos permitem traçar reflexões sobre a normatividade social. Sendo o espaço de convivência dos seres humanos, ou como diria Aristóteles, “animais políticos”, um meio, desde o princípio, permeado pela presença da dimensão social transversalizada pela pluralidade de vivências, não parece plausível utilizar os mesmos conceitos de normal e patológico

para dar conta das diversas formas sociais de vida. Logo, constata-se a impossibilidade de impor uma normatividade reguladora única às expectativas de realização e emancipação dos indivíduos enquanto sujeitos ao mesmo tempo singulares e plurais, expondo a raiz da profunda indeterminação que parece guiar as relações intra e interpessoais no interior do corpo social.

A definição de normal e patológico segundo Canguilhem; o papel do médico na elaboração de manuais e diretrizes que definem e conceituam doenças; os determinantes sociais como fundamentais no enfrentamento da doença e no processo de adoecimento; os papéis de gênero e a atenção à saúde da pessoa trans foram aspectos abordados durante a discussão das questões de aprendizagem.

Dentre as cenas marcantes apontadas, destacaram-se:

- O diagnóstico de Lili como esquizofrênica;
- A tentativa de transplante de útero e ovários no corpo de Lili;
- A morte de Lili.

Todos os grupos trouxeram pontos relevantes como: a tentativa de aceitação da personagem com o seu novo eu, agora não masculino e sim feminino; a patologização da sua transexualidade; o apoio oferecido pela sua companheira, Gerda Wegener; as exigências de procriação a que o corpo feminino era submetido. Nesse sentido, cabe ressaltar a ideia de maternidade como destino biológico das mulheres, consolidada na década de 1930, a qual influencia fortemente a escolha de Lili pelas operações. Com o intuito de se sentir “uma mulher completa”, aquela que carrega em seu corpo os atributos necessários para ser mãe, a personagem confia seu corpo a invasivas e complexas técnicas a fim de tornar-se apta a desempenhar esse papel (Toledo & Dornelas, 2017). Isso reflete mais uma vez a coercitividade exercida pelo conjunto de normas sociais sobre a maneira de agir dos indivíduos⁴.



Não obstante, a conduta médica em relação à sexualidade de Lili traz o questionamento da influência social na patologização e, como consequência, na ação do médico diante do doente. Na esfera da contemporaneidade, a formação de estigmas sobre a população LGBTQIA+ pressupõe um atendimento médico centrado em associar a minoria a demandas limitadas a IST/AIDS, correlaciona o LGBT como causa ou próprio transtorno mental, associa a condição a comportamentos moralmente condenáveis (Guimarães; Lorenzo, 2021)⁷. Explicita-se, pois, cenas de discriminação, estigmatização e patologização de suas identidades e modos de viver, evidenciando, assim, um processo histórico de transfobia institucional reproduzido nas posturas e ações dos/as profissionais de saúde, bem como na organização dos serviços (Pinheiro *et al.*, 2024)¹². Assim, o atuar médico constrói-se por aspectos socioculturais e afeta a relação médico-paciente.

Nesse contexto, é necessário o reconhecimento dos direitos civis conquistados historicamente por parte de indivíduos transgêneros e transexuais e de toda a comunidade LGBTQIA+, se opondo a enquadramentos opressivos pautados no dualismo hierárquico de gênero ainda em voga. De fato, muitas conquistas já foram angariadas, mas muito ainda precisa ser feito. Para tanto, é preciso promover a sensibilização dos profissionais às particularidades desse grupo, o respeito ao nome social e a saída do modelo binário para organização de gêneros, por meio de ações formativas como acerca da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, além da implementação de atividades curriculares de formação médica e de estratégias, como a proposta, que sensibilizem e eduquem os estudantes, amenizando o preconceito nos futuros médicos, a partir da inclusão de conteúdos curriculares relacionados à saúde LGBT de forma obrigatória, assim como temas pedagógicos que incluam: questões de entrevista que facilitem a abertura do

tema de orientação sexual e identidade de gênero, informações a respeito do impacto do heterossexismo e da homofobia, e a necessidade de cuidados de saúde específicos de populações minoritárias sobre identidade de gênero e sexual (Moretti-Pires *et al.*, 2019)⁸. Ou seja, uma Educação em Saúde que seja, na prática, uma Educação de Gênero, conforme proposto por Paulino (2020) em sua tese de doutorado acerca das relações familiares das pessoas transexuais e seu impacto no cuidado em saúde desse grupo populacional⁹.

Outrossim, uma das temáticas centrais da discussão foi o relativismo temporal, pois os conceitos de “certo” e “errado” são mutáveis ao longo do tempo, inclusive na área da saúde. Essa questão fica clara, por exemplo, ao tratar a paciente do filme como esquizofrênica por não se identificar com seu sexo biológico, conduta não mais aceita na contemporaneidade médica, embora legitimada na época. Isso expõe a importância do debate ético na medicina; à medida que ele abre espaço para a reflexão sobre as condutas médicas atuais, esse exercício promove a ressignificação de paradigmas da história da ciência. Assim, a identificação da necessidade constante do aprimoramento da conduta profissional médica foi um ponto central que levou o reconhecimento da importância do eixo reflexivo como componente integrado dos currículos das atuais escolas médicas⁸.

Por fim, vale ressaltar que a utilização das metodologias ativas a partir da reflexão e do debate entre os pares se mostrou bastante oportuna na dinâmica da atividade proposta, haja vista que, nesses métodos colaborativos, a aprendizagem é favorecida por meio da interação do grupo, viabilizando revisar e sedimentar os principais pontos da temática. Assim, são capazes de fornecer aos participantes conhecimentos tanto conceituais quanto processuais (Michaelsen & Sweet, 2008)¹⁰. Nessa conjuntura, propicia-se uma avaliação da aprendizagem que esteja em



consonância com as finalidades educativas e na qual integram-se diversas competências do processo de ensino-aprendizagem (relacionais, produtivas e cognitivas), viabilizando um ensino contínuo, ativo e dinâmico e permitindo estimular mudanças de postura de quem as utiliza.

A partir do enredo do longa, percebemos a influência de fatores sociais na conduta médica, destacando a ingerência dos papéis de gênero na categorização do normal e do patológico. Diante dessa conjuntura, muitas “Lilis” continuam enfrentando diversas formas de violência, inclusive no âmbito da medicina, que, a priori, deveria centrar-se no acolhimento e cuidado integral da pessoa como sujeito de direitos e individualidades, mas que ainda, muitas vezes, atua como mantenedora de estigmas e estereótipos, se apresentando como ambientes hostis, que repelem em vez de acolher, aumentando a vulnerabilidade a diferentes agravos¹²⁻¹⁵. Dessa forma, é urgente o desenvolvimento de competências críticas, reflexivas e humanísticas na educação médica¹¹, de modo a assegurar um processo formativo em consonância com a pluralidade, a fim de garantir o acesso da população LGBTQIA+ à atenção integral em saúde. Somente assim, promover-se-á o direito ao atendimento humanizado, acolhedor e livre de qualquer discriminação, negação ou restrição quanto à orientação sexual e à identidade de gênero, possibilitando uma vivência médica mais plural, saudável e democrática, na contramão das condutas e processos patologizantes retratados no filme.

Conclusão

Diante das vivências e reflexões promovidas com base no filme “A Garota Dinamarquesa”, elucidamos o potencial pedagógico e formativo das produções cinematográficas na graduação de Medicina, viabilizando construir estratégias

de ensino-aprendizagem envolventes e centradas na relação educador(a)-educando(a). Como pontos positivos da experiência, destacamos o dinamismo, a fluidez e a facilidade de interação em grupo, a troca de informações e a adesão dos discentes.

A atividade se mostrou, segundo a percepção dos discentes, como vivência muito positiva e proveitosa. Foram exercitadas habilidades como respeito à expressão do outro, liderança apreciativa, *feedback* e trabalho em pares. Dessa forma, possibilitou-se efetivar um aprendizado significativo com a proposição de transformações do ambiente vivido a partir da elucidação e compreensão de paradigmas e constructos históricos que permeiam as relações sociais e que influenciam as práticas de cuidado em saúde. A atividade, facilmente reproduzível e de baixo custo, pode ser aprimorada com a articulação de viagens educacionais e de oficinas temáticas que promovam práticas sensoriais, reflexivas e formativas pertinentes tendo a obra cinematográfica “A Garota Dinamarquesa”, bem como outros filmes e produções audiovisuais, como recurso estético e instrumento disparador.

Esperamos que este relato estimule mais professores e discentes a explorarem tal recurso na educação médica, a qual se beneficia muito com experiências como essas, que podem ser adaptadas e utilizadas em outros componentes curriculares, pois permitem aos discentes, através da interação em equipes, aplicar e contextualizar conteúdos programáticos essenciais à sua futura prática profissional, ressignificando o aprendizado ao extrapolar a esfera do entretenimento à qual as produções culturais são comumente associadas. Acreditamos que, além de conhecimentos teóricos advindos de livros e artigos, os médicos devem saber construir saberes contextuais e processuais de forma crítica e compartilhada, fazendo uso, para isso, de filmes e das diversas outras tecnologias e recursos audiovisuais que



retratam aspectos sociais historicamente postos.

Agradecimentos

Agradecemos à Dra. Renata Rodrigues Catani, docente responsável pela idealização e pela condução da atividade que originou este relato de experiência.

Referências Bibliográficas

1. HOOPER, Thomas George. A Garota Dinamarquesa. Estados Unidos: **Universal Pictures**, Distribuidor, 2015.
2. FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985.
3. FOUCAULT, Michel. **A história da loucura**. São Paulo: Perspectiva. 1978.
4. TOLEDO, Eliza Teixeira de; DORNELAS, Isabela de Oliveira. Identidade de gênero, sexualidade e intervenções terapêuticas em ‘A garota dinamarquesa’. **História, Ciências, Saúde**. v.24, n.3, jul.-set. 2017, p.848-851. Manguinhos, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702017000300019>. ISSN 1678-4758.
5. BUTLER, Judith. Desdiagnosticando o gênero. **Physis: Revista de Saúde Coletiva** [online]. 2009, v. 19, n. 1, pp. 95-126. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000100006>.
6. CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. 6ª ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
7. GUIMARÃES, R. de C. P.; LORENZO, C. F. G.; MENDONÇA, A. V. M. Patologização e invisibilidade: reconhecimento das demandas e acolhimento da população LGBT na Atenção Básica. **Tempus – Actas De Saúde Coletiva**, 14(2), 2021. Disponível em: <https://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/2721>.
8. MORETTI-PIRES, R. O. *et al.* Preconceito contra Diversidade Sexual e de Gênero entre Estudantes de Medicina de 1º ao 8º Semestre de um Curso da Região Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Médica**, 43 (1 Supl. 1): 568 – 578; 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v43suplemento1-20190076>.
9. PAULINO, Danilo Borges. **A família e a dinâmica de suas relações no cuidado em saúde de transexuais**. 2020. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. DOI:10.11606/T.5.2020.tde-05022021-131546.
10. MICHAELSEN, L. K.; SWEET, M. The Essential Elements of Team-Based Learning. New Directions for Teaching and Learning. **Special Issue: Team-Based Learning: Small Group Learning’s Next Big Step**, 2008(116), 7-27. DOI: 10.1002/tl.330.
11. BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/ CES N° 3, de 20/06/2014. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina**. Brasília, Brasil; 2014 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superiores/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12991-diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao>.
12. PINHEIRO, T. F.; CARVALHO, P. G. C.; NOLASCO, G.; SANTOS, L. A.; VERAS, M. A. S. M. Difficulties and advances in access and use of health services by transgender women and travestis in Brazil. **Rev bras epidemiol** [Internet]. 2024; 27:e240007.supl.1. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720240007.supl.1>.
13. PAIVA, C. R.; FARAH, B. F.; DUARTE, M. J. O. A rede de cuidados à saúde para a população transexual. **Physis** [Internet]. 2023;33:e33001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-7331202333001>.



14. LIMA, R. R. T.; FLOR, T. B. M.; NORO, L. R. A. Systematic review on health care for transvestites and transsexuals in Brazil. **Rev Saúde Pública** [Internet].2023;57:19. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2023057004693>.
15. OLIVEIRA, G. S. *et al.* The experience of trans or transvestite women in accessing public health services. **Rev Bras Enferm** [Internet]. 2022;75:e20210713. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2021-0713>.
16. LOBO, B. H. S. C. *et al.* Transphobia as a social disease: discourses of vulnerabilities in trans men and transmasculine people. **Revista Brasileira de Enfermagem** [online]. 2023, v. 76, n. Suppl 2, e20220183. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2022-0183>.

,

Como citar este artigo:

Almeida WS, Melo JSV, Melo ISV, Borges PR, Teixeira BM, Paulino DB. Produções cinematográficas como recurso para a educação médica: aplicando e contextualizando

Revista de Atenção à Saúde | v. 22 | e20249591 | jan.-dec. | 2024. <https://doi.org/10.13037/ras.vol22.e20249591>



Copyright: © 2024, the authors. Licensed under the terms and conditions of the Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives License 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0) (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>).

conceitos em “ A garota dinamarquesa”. Rev. Aten. Saúde. 2024; e20249591(22). doi <https://doi.org/10.13037/ras.vol22.e20249591>

